

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,  
ENERGIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ATAS DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - EIXO NOROESTE

Aos 8 de janeiro de 2020, às dez horas e trinta minutos, no Auditório da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana, localizado na Av. Governador Roberto Silveira, 68 - Centro, foi iniciada a sessão presencial da Audiência Pública, conforme a convocação publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro nº 236, de 13 de dezembro de 2019, parte I, página 39 e nos jornais de grande circulação estadual, O Dia de 17 de dezembro de 2019, e local, O Diário do Noroeste de 13 de dezembro de 2019. A audiência pública teve como objetivo tornar público, colher sugestões e contribuições às minutas de Edital e Contrato, ao Programa de Exploração da Rodovia e aos Estudos de Viabilidade, para concessão das rodovias que compõem o Eixo Noroeste, especialmente a RJ-186, com início na divisa com MG e fim na divisa com ES (extensão de 101,75 km), além da RJ-122, com início no entroncamento com a rodovia BR-116 (Rio-Terresópolis) e fim no entroncamento com a rodovia RJ-116 (extensão de 35,2 km); da RJ-158, com início no entroncamento com a rodovia BR-393 e fim no entroncamento com a rodovia RJ-160 (extensão de 7 km); e da RJ-160, com início no entroncamento com a RJ-158 e fim no entroncamento com a rodovia RJ-116 (extensão de 51,6 km). A mesa da Audiência Pública foi composta por Gilmar Viana, Presidente da Audiência e Subsecretário de Concessões e Parcerias da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais; Fontenelle Fajardo, representante da Fundação Departamento de Estradas de Rodagem; André Aguiar, representante da Secretaria de Estado de Transportes; José Américo, representante da Dynatest Engenharia, empresa autorizada no Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI); e Alexandre David, representante da empresa P4 Concessões e Consultoria, assessoria jurídica da empresa autorizada no PMI. Inicialmente, o Presidente da Audiência fez a leitura dos procedimentos e realizou exposição acerca do papel institucional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais e do histórico do PMI nº 01/2018. Destacou que a seleção das rodovias, do ponto de vista técnico, tem por base o Plano Estratégico de Logística e Cargas (PELC/RJ-2045), elaborado com a participação da sociedade. Ressaltou também a sinergia do projeto estadual com o Programa de Parceria de Investimentos (PPI) do Governo Federal. Mencionou, ainda, os benefícios esperados da concessão das rodovias estaduais elencadas acima. Em seguida, passou a palavra a José Américo, o qual fez a apresentação do tema, demonstrando as principais características técnicas do projeto de concessão e os aspectos relevantes do Programa de Exploração da Rodovia (PER). Alexandre David deu prosseguimento, com exposição dos aspectos jurídicos da modelagem. Os valores de tarifa e a quantidade e localização planejada de praças de pedágio também foram expostos aos presentes. Após a apresentação, o Presidente da Audiência iniciou o pronunciamento dos inscritos para manifestação oral.

O senhor Frederico Sueth ressaltou os recentes investimentos realizados pelo Governo do Estado na RJ-186, no trecho entre Bom Jesus do Itabapoana e Santo Antônio de Pádua, o interesse da restauração e inclusão da RJ-230 na concessão e a importância da RJ-186 para os deslocamentos frequentes da população ao Município de Itaperuna. A senhora Nilda Leal Gomes apresentou questionamentos quanto à capacidade de pagamento da população local e a importância do acesso da população local a outros Municípios para trabalho e estudo. O senhor Samuel Junior Soares de Aguiar ressaltou que, na prática, o Município de Bom Jesus do Itabapoana funciona como distrito de Itaperuna e que a população pagará pedágio pelo uso de apenas 17 km, distância de acesso à cidade vizinha. Também foi pontuada a preocupação de que a BR-356 seja também concedida pelo Governo Federal. O senhor Everaldo Vieira Pinto também ressaltou a importância da RJ-230 para a região. A senhora Mirella Ferreira Crespo manifestou sua preocupação quanto ao ônus adicional aos residentes da região que vão de ônibus estudar em Itaperuna, bem como com aumento de preços decorrente de eventual encarecimento no frete para a região. A senhora Kiara Coimbra Perciano Sueth argumentou que a instalação de pedágio agravará a falta de competitividade da região, que já concorre com as empresas beneficiadas por ICMS mais barato do Espírito Santo. Ela citou também que muitas empresas e pessoas fazem compras em Itaperuna e Campos dos Goytacazes, e que a concessão poderá encarecer o frete. O senhor Carlos de Oliveira Alves se manifestou contra a concessão devido ao nível de renda da população local. Ele também solicitou a realização de nova audiência pública no local e alegou que o Município não seria beneficiado pelo ISS, uma vez que, a seu ver, a praça de pedágio ficaria localizada no Município de Itaperuna.

O senhor João Batista de Oliveira Alves, vereador de Bom Jesus do Norte, também ressaltou a necessidade de investimentos na RJ-230 e sua relevância para o trânsito de cargas e pessoas da região. Ele também destacou que a população local pagará pedágio pelo uso de apenas 17 km. O senhor Eraldo Salutto de Rezende também ressaltou a necessidade de investimentos na RJ-230 e sua relevância para o trânsito de cargas e pessoas da região. Ele também solicitou que o Estado analise a possibilidade de encerrar a concessão da rodovia no entroncamento com a BR-356. O senhor Tiago Xavier, assessor da Prefeitura de Bom Jesus do Itabapoana, ressaltou que o poder executivo local está acompanhando o processo junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, e sugeriu análise da possibilidade de isentar de pedágio os veículos locais. Neste momento, o senhor André Aguiar, representante da Secretaria de Estado de Transportes, esclareceu quanto à atual incapacidade do Estado do Rio de Janeiro de realizar os investimentos necessários em cenário de Regime de Recuperação Fiscal. Ele também destacou que o investimento realizado pelo Estado nos últimos anos foi computado no modelo econômico do projeto, e que a tarifa calculada reflete estes desembolsos. Prosseguindo com as manifestações orais, o senhor Olandim de Souza Sueth se posicionou de modo contrário à concessão devido à alegada aplicação recente de asfalto-borracha, cuja durabilidade é superior ao asfalto comum. O senhor Felipe Roberto Amaral Ferreira do Valle alegou que a manutenção do nível da rodovia é uma responsabilidade do Governo do Estado. Ele também argumentou que a localização do pedágio afetaria apenas a população do município. O senhor Raphael Siqueira Gomes, vereador de Bom Jesus do Itabapoana, alegou que o pedágio poderá incentivar o comércio local ao restringir o acesso a Itaperuna. Ele também se posicionou de modo contrário ao pedágio para carros locais, argumentando que o desgaste por eles provocado é desproporcional ao de caminhões. O senhor Edson Dias Sueth abdicou de seu direito de fala. Após as manifestações orais e de acordo com os procedimentos estabelecidos, foi realizado um intervalo de quinze minutos para o recebimento e análise dos questionamentos por escrito. Após o intervalo, o Presidente da Audiência Pública iniciou a leitura e resposta aos questionamentos por escrito endereçados à mesa. O senhor Everaldo Vieira Pinto questionou quais ações serão propostas e realizadas no que tange a mananciais, nascentes e APPs. Em resposta, o senhor José Américo esclareceu que, por tratar-se de rodovia já implantada e sem previsão de duplicação, eventuais impactos tenderão a se concentrar em serviços de drenagem, roçada e capina na faixa de domínio. Adicionalmente, o Presidente da Audiência salientou que os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental se encontram à disposição para acesso. O senhor Olandim de Souza Sueth questionou a urgência e interesse público da concessão da RJ-186, dado que teriam sido executados serviços da ordem de R\$ 280 milhões, do Tesouro Estadual, para implantação de asfalto-borracha no trecho. Em resposta, o senhor Alexandre David esclareceu que, mesmo com o asfalto-borracha, sua validade apenas será garantida com roçada, drenagem, reparos imediatos após eventualidades e uso adequado da via, como respeito ao peso limite. O senhor Fontenelle Fajardo esclareceu também que a execução do serviço

não chegou à metade do valor citado. A senhora Jussara Miranda questionou quanto aos impactos sociais causados pela concessão da rodovia e quanto à possibilidade de isenção de pagamento de pedágio. Em resposta, o senhor Alexandre David esclareceu que o concessionário deverá contratar serviços permanentemente para as rodovias, gerando empregos diretos na manutenção da qualidade da via e praças de pedágio, além de indiretos ocasionados pelo aumento da atividade econômica decorrente. Ele destacou também que a manutenção da qualidade propicia o desenvolvimento da região, mesmo com a adoção de pedágio. A senhora Mirella Ferreira Crespo questionou quanto à possibilidade de isenção a usuários frequentes que se deslocam a Itaperuna oriundos de Bom Jesus do Itabapoana e Bom Jesus do Norte (cidade do ES localizada na divisa com RJ). Ela questionou também quanto aos dados estatísticos utilizados para chegar ao valor do pedágio. Em resposta, o senhor José Américo esclareceu que não há aplicação de dados estatísticos, uma vez que é realizado um orçamento integral da rodovia de acordo com as condições atuais. Ele destacou também que a modelagem escolhida pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro abdicou de arrecadação de outorga para viabilizar tarifas mais baixas à população e que todos os prazos de investimento estão descritos no Plano de Exploração Rodoviária - PER. O senhor Eraldo Salutto de Resente questionou quanto ao pagamento de pedágio para a população pela utilização de 17km. Em resposta, o senhor José Américo afirmou que, após a audiência pública, a modelagem será revista para identificar potenciais aperfeiçoamentos na forma de cobrança do pedágio. O senhor Aldacir Medeiros Junior questionou quanto à distribuição da arrecadação de ISS. O senhor Alexandre David esclareceu que a arrecadação do ISS é feita linearmente, por todos os municípios atendidos pela rodovia, independentemente da localização da praça de pedágio, de acordo com a proporção da extensão da rodovia no município em relação à extensão total de rodovias sob responsabilidade da Concessionária. A senhora Nilda Leal Gomes questionou quanto à possibilidade de o Governo do Estado incentivar a instalação de empresas na região com isenções tributárias e tendo, como contrapartida, a obrigação de conservação das estradas e preservação do meio ambiente. Em resposta, o Presidente da Audiência afirmou que o Governo do Estado avaliará os incentivos setoriais possíveis para a região. Por fim, ao término das respostas aos questionamentos por escrito e, o Presidente da Audiência questionou aos presentes sobre mais alguma manifestação. Por não haver mais nenhuma manifestação, informou que a ata do evento realizado e o relatório da Audiência Pública serão oportunamente disponibilizados na Internet, no portal de compras do Estado do Rio de Janeiro.

GILMAR VIANA  
Presidente da Audiência

Aos 9 de janeiro de 2020, às dez horas e trinta minutos, no Auditório da Câmara Municipal de Santo Antônio de Pádua, localizado na Praça Visconde Figueira, nº 57, foi iniciada a sessão presencial da Audiência Pública, conforme a convocação publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro nº 236, de 13 de dezembro de 2019, parte I, página 39 e nos jornais de grande circulação estadual, O Dia de 17 de dezembro de 2019, e local, O Diário do Noroeste de 13 de dezembro de 2019. A audiência pública teve como objetivo tornar público, colher sugestões e contribuições às minutas de Edital e Contrato, ao Programa de Exploração da Rodovia e aos Estudos de Viabilidade, para concessão das rodovias que compõem o Eixo Noroeste, especialmente a RJ-186, com início na divisa com MG e fim na divisa com ES (extensão de 101,75 km), além da RJ-122, com início no entroncamento com a rodovia BR-116 (Rio-Terresópolis) e fim no entroncamento com a rodovia RJ-116 (extensão de 35,2 km) e da RJ-186, com início na divisa com MG e fim na divisa com ES (extensão de 101,75 km). A mesa da Audiência Pública foi composta por Gilmar Viana, Presidente da Audiência e Subsecretário de Concessões e Parcerias da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais; Fontenelle Fajardo, representante da Fundação Departamento de Estradas de Rodagem; André Aguiar, representante da Secretaria de Estado de Transportes; José Américo, representante da Dynatest Engenharia, empresa autorizada no Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI); e Alexandre David, representante da empresa P4 Concessões e Consultoria, assessoria jurídica da empresa autorizada no PMI. Inicialmente, o Presidente da Audiência fez a leitura dos procedimentos e realizou exposição acerca do papel institucional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais e do histórico do PMI nº 01/2018. Destacou que a seleção das rodovias, do ponto de vista técnico, tem por base o Plano Estratégico de Logística e Cargas (PELC/RJ-2045), elaborado com a participação da sociedade. Ressaltou também a sinergia do projeto estadual com o Programa de Parceria de Investimentos (PPI) do Governo Federal. Mencionou, ainda, os benefícios esperados da concessão das rodovias estaduais elencadas acima. Em seguida, passou a palavra a José Américo, o qual fez a apresentação do tema, demonstrando as principais características técnicas do projeto de concessão e os aspectos relevantes do Programa de Exploração da Rodovia (PER). Alexandre David deu prosseguimento, com exposição dos aspectos jurídicos da modelagem. Os valores de tarifa e a quantidade e localização planejada de praças de pedágio também foram expostos aos presentes. Após a apresentação, o Presidente da Audiência iniciou o pronunciamento dos inscritos para manifestação oral.

neiro, [www.compras.rj.gov.br/Portal-Siga](http://www.compras.rj.gov.br/Portal-Siga), e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão. Processo Administrativo nº E-12/176/143/2018.

GILMAR VIANA  
Presidente da Audiência

Aos 14 de janeiro de 2020, às dez horas, no Auditório da Câmara Municipal de Cantagalo, situada à Rua Professora Ruth Farah Nacif Lutterbach, 391, Centro, foi iniciada a sessão presencial da Audiência Pública, conforme a convocação publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro nº 242, de 23 de dezembro de 2019, parte I, página 29 e nos jornais de grande circulação estadual, O Dia de 23 de dezembro de 2019, e local, Jornal da Região de 25 a 31 de dezembro de 2019. A audiência pública teve como objetivo tornar público, colher sugestões e contribuições às minutas de Edital e Contrato, ao Programa de Exploração da Rodovia e aos Estudos de Viabilidade, para concessão das rodovias que compõem o Eixo Noroeste, especialmente a RJ-158, com início no entroncamento com a rodovia BR-393 e fim no entroncamento com a rodovia RJ-160 (extensão de 7 km) e a RJ-160, com início no entroncamento com a RJ-158 e fim no entroncamento com a RJ-116 (extensão de 51,6 km), além da RJ-122, com início no entroncamento com a rodovia RJ-116 (extensão de 35,2 km) e da RJ-186, com início na divisa com MG e fim na divisa com ES (extensão de 101,75 km). A mesa da Audiência Pública foi composta por Gilmar Viana, Presidente da Audiência e Subsecretário de Concessões e Parcerias da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais; Fontenelle Fajardo, representante da Fundação Departamento de Estradas de Rodagem; André Aguiar, representante da Secretaria de Estado de Transportes; José Américo, representante da Dynatest Engenharia, empresa autorizada no Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI); e Alexandre David, representante da empresa P4 Concessões e Consultoria, assessoria jurídica da empresa autorizada no PMI. Inicialmente, o Presidente da Audiência fez a leitura dos procedimentos e realizou exposição acerca do papel institucional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais e do histórico do PMI nº 01/2018. Destacou que a seleção das rodovias, do ponto de vista técnico, tem por base o Plano Estratégico de Logística e Cargas (PELC/RJ-2045), elaborado com a participação da sociedade. Ressaltou também a sinergia do projeto estadual com o Programa de Parceria de Investimentos (PPI) do Governo Federal. Mencionou, ainda, os benefícios esperados da concessão das rodovias estaduais elencadas acima. Em seguida, passou a palavra a Gilmar Viana, Presidente da Audiência e Subsecretário de Concessões e Parcerias da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais. Gilmar Viana fez a leitura dos procedimentos e realizou exposição acerca do papel institucional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais e do histórico do PMI nº 01/2018. Destacou que a seleção das rodovias, do ponto de vista técnico, tem por base o Plano Estratégico de Logística e Cargas (PELC/RJ-2045), elaborado com a participação da sociedade. Ressaltou também a sinergia do projeto estadual com o Programa de Parceria de Investimentos (PPI) do Governo Federal. Mencionou, ainda, os benefícios esperados da concessão das rodovias estaduais elencadas acima. Em seguida, passou a palavra a Gilmar Viana, Presidente da Audiência e Subsecretário de Concessões e Parcerias da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais. Gilmar Viana fez a leitura dos procedimentos e realizou exposição acerca do papel institucional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais e do histórico do PMI nº 01/2018. Destacou que a seleção das rodovias, do ponto de vista técnico, tem por base o Plano Estratégico de Logística e Cargas (PELC/RJ-2045), elaborado com a participação da sociedade. Ressaltou também a sinergia do projeto estadual com o Programa de Parceria de Investimentos (PPI) do Governo Federal. Mencionou, ainda, os benefícios esperados da concessão das rodovias estaduais elencadas acima. Em seguida, passou a palavra a Gilmar Viana, Presidente da Audiência e Subsecretário de Concessões e Parcerias da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais. Gilmar Viana fez a leitura dos procedimentos e realizou exposição acerca do papel institucional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais e do histórico do PMI nº 01/2018. Destacou que a seleção das rodovias, do ponto de vista técnico, tem por base o Plano Estratégico de Logística e Cargas (PELC/RJ-2045), elaborado com a participação da sociedade. Ressaltou também a sinergia do projeto estadual com o Programa de Parceria de Investimentos (PPI) do Governo Federal. Mencionou, ainda, os benefícios esperados da concessão das rodovias estaduais elencadas acima. Em seguida, passou a palavra a Gilmar Viana, Presidente da Audiência e Subsecretário de Concessões e Parcerias da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais. Gilmar Viana fez a leitura dos procedimentos e realizou exposição acerca do papel institucional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais e do histórico do PMI nº 01/2018. Destacou que a seleção das rodovias, do ponto de vista técnico, tem por base o Plano Estratégico de Logística e Cargas (PELC/RJ-2045), elaborado com a participação da sociedade. Ressaltou também a sinergia do projeto estadual com o Programa de Parceria de Investimentos (PPI) do Governo Federal. Mencionou, ainda, os benefícios esperados da concessão das rodovias estaduais elencadas acima. Em seguida, passou a palavra a Gilmar Viana, Presidente da Audiência e Subsecretário de Concessões e Parcerias da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais. Gilmar Viana fez a leitura dos procedimentos e realizou exposição acerca do papel institucional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais e do histórico do PMI nº 01/2018. Destacou que a seleção das rodovias, do ponto de vista técnico, tem por base o Plano Estratégico de Logística e Cargas (PELC/RJ-2045), elaborado com a participação da sociedade. Ressaltou também a sinergia do projeto estadual com o Programa de Parceria de Investimentos (PPI) do Governo Federal. Mencionou, ainda, os benefícios esperados da concessão das rodovias estaduais elencadas acima. Em seguida, passou a palavra a Gilmar Viana, Presidente da Audiência e Subsecretário de Concessões e Parcerias da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais. Gilmar Viana fez a leitura dos procedimentos e realizou exposição acerca do papel institucional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais e do histórico do PMI nº 01/2018. Destacou que a seleção das rodovias, do ponto de vista técnico, tem por base o Plano Estratégico de Logística e Cargas (PELC/RJ-2045), elaborado com a participação da sociedade. Ressaltou também a sinergia do projeto estadual com o Programa de Parceria de Investimentos (PPI) do Governo Federal. Mencionou, ainda, os benefícios esperados da concessão das rodovias estaduais elencadas acima. Em seguida, passou a palavra a Gilmar Viana, Presidente da Audiência e Subsecretário de Concessões e Parcerias da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais. Gilmar Viana fez a leitura dos procedimentos e realizou exposição acerca do papel institucional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais e do histórico do PMI nº 01/2018. Destacou que a seleção das rodovias, do ponto de vista técnico, tem por base o Plano Estratégico de Logística e Cargas (PELC/RJ-2045), elaborado com a participação da sociedade. Ressaltou também a sinergia do projeto estadual com o Programa de Parceria de Investimentos (PPI) do Governo Federal. Mencionou, ainda, os benefícios esperados da concessão das rodovias estaduais elencadas acima. Em seguida, passou a palavra a Gilmar Viana, Presidente da Audiência e Subsecretário de Concessões e Parcerias da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais. Gilmar Viana fez a leitura dos procedimentos e realizou exposição acerca do papel institucional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais e do histórico do PMI nº 01/2018. Destacou que a seleção das rodovias, do ponto de vista técnico, tem por base o Plano Estratégico de Logística e Cargas (PELC/RJ-2045), elaborado com a participação da sociedade. Ressaltou também a sinergia do projeto estadual com o Programa de Parceria de Investimentos (PPI) do Governo Federal. Mencionou, ainda, os benefícios esperados da concessão das rodovias estaduais elencadas acima. Em seguida, passou a palavra a Gilmar Viana, Presidente da Audiência e Subsecretário de Concessões e Parcerias da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais. Gilmar Viana fez a leitura dos procedimentos e realizou exposição acerca do papel institucional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais e do histórico do PMI nº 01/2018. Destacou que a seleção das rodovias, do ponto de vista técnico, tem por base o Plano Estratégico de Logística e Cargas (PELC/RJ-2045), elaborado com a participação da sociedade. Ressaltou também a sinergia do projeto estadual com o Programa de Parceria de Investimentos (PPI) do Governo Federal. Mencionou, ainda, os benefícios esperados da concessão das rodovias estaduais elencadas acima. Em seguida, passou a palavra a Gilmar Viana, Presidente da Audiência e Subsecretário de Concessões e Parcerias da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais. Gilmar Viana fez a leitura dos procedimentos e realizou exposição acerca do papel institucional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais e do histórico do PMI nº 01/2018. Destacou que a seleção das rodovias, do ponto de vista técnico, tem por base o Plano Estratégico de Logística e Cargas (PELC/RJ-2045), elaborado com a participação da sociedade. Ressaltou também a sinergia do projeto estadual com o Programa de Parceria de Investimentos (PPI) do Governo Federal. Mencionou, ainda, os benefícios esperados da concessão das rodovias estaduais elencadas acima. Em seguida, passou a palavra a Gilmar Viana, Presidente da Audiência e Subsecretário de Concessões e Parcerias da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais. Gilmar Viana fez a leitura dos procedimentos e realizou exposição acerca do papel institucional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais e do histórico do PMI nº 01/2018. Destacou que a seleção das rodovias, do ponto de vista técnico, tem por base o Plano Estratégico de Logística e Cargas